A CULTURA DO TABACO

NAS

VINHAS DO DOURO

mingle stock pators in in

PORTO
EDITOR — AFFONSO ALVES DO CARMO JUNIOR

1883



A CULTURA DO TABACO



A CULTURA DO TABACO

NAS

VINHAS DO DOURO



PORTO

EDITOR - AFFONSO ALVES DO CARMO JUNIOR

1883

TYP. UNIVERSAL DE NOGUEIRA & CACERES $345 - {\rm Rua~do~Almada} - 347$ ${\rm PORTO}$

DUAS PALAVRAS

A agricultura é a verdadeira origem das riquezas. A industria e o commercio derivam d'ella e sem ella nunca poderiam existir. Ella é que alimenta e ajuda principalmente a prosperar os homens. Sem ella não ha progressos materiaes, não ha prosperidade publica, não ha senão miseria. Governo que a não proteja desconhece a sua missão social e portanto não se deve considerar governo illustrado nem amigo de quem mais o devia ser, o povo.

Sem duvida que não é de malevolo proposito que os que governam deixam de a acoroçoar e favorecer. Procedem assim por influencia de erroneas ideias e de um falso systema economico. Não fazer caso da

agricultura, imaginam elles, corresponde a poupar o dinheiro do thesouro nacional, dinheiro que de preferencia se applica a despezas de administração consideradas essenciaes.

Póde ser que acertem; mas a nossa opinião é que nada ha de maior vantagem e maior necessidade que as despezas feitas com a protecção da agricultura. Considerando tudo o mais relativamente secundario, ninguem nos convencerá de que mais vale uma nação de artistas, de juizes, de engenheiros, de bachareis, de padres, de soldados, de funccionarios que uma nação de lavradores.

Talvez de pouco valham estas nossas considerações; todavia, sejam ou não sejam valiosas, não lhes escasseará o merecimento de contribuirem com alguns subsidios para se resolver a melindrosa e importantissima crise vinicola do Douro. Bellezas naturaes, clima e historia antiga e moderna do Douro.—A cultura das vinhas.—População de algumas freguezias.—O oidium e o fylloxera.—Apreciação das qualidades e virtudes do vinho.

Das bellezas naturaes do Douro fallam todos os viajantes com enthusiasmo. Fletcher, viajante americano, prefere-as aos melhores panoramas da Suissa; um geografo allemão, comparando Portugal a um annel, considera o Douro um brilhante; varios escriptores francezes e britannicos admiram o aspecto irregular dos geios, a severa perspectiva das montanhas, o altivo aprumo das rochas graniticas postadas ao longo das duas margens do rio como sentinellas de inspirar, mais que respeito e surpreza, medo e horror aos que de perto as contemplam pela primeira vez.

Do clima não haverá muita gente que diga maravilhas. Apesar de situado como fica o Douro entre 41° 5¹ e 41° 19¹ de latitude, chega a ser uma especie de zona torrida no verão e frigidissimo no inverno, quasi tanto como nas regiões arcticas. Mas, louvado Deus, ha ainda menos agradaveis climas, por exemplo o de Angola e o da Groenlandia.

A sua historia veridica e exacta conhece-se mal. Está por escrever essa historia. Escriptores nacionaes e estrangeiros que se occupem da lavoura, da industria, do commercio e dos costumes do Douro nos tempos modernos não faltam. Ainda ha poucos annos o venerando visconde de Villa Maior logrou descrever-lhe as bellezas e as glorias com a profeciencia e esmero de tudo o que sai da sua penna de mestre nas sciencias agronomicas. Todavia quem se encarregou já de averiguar as origens da plantação das vinhas e as origens da população do Douro? Quem nos explicou já se os vinhedos do Douro são mais novos ou precedem os do Minho, das Beiras, da Estremadura, do Alemtejo? Que livros ou jornaes referiram já se existem vestigios ou tradições, padrões ou monumentos dos processos agricolas, das artes fabris, da actividade commercial, das evoluções ethologicas do Douro nos primeiros seculos da monarchia portugueza? Nada se tem averiguado até hoje.

A historia menos nebulosa dos povos do Douro data da segunda metade do seculo dezasete. «Nos tempos antecedentes, recorda Francisco Pereira Rebello, era este territorio um dos mais pobres do reino, o que se prova da pobreza com que antigamente se edificava em todo elle, não se vendo hoje (1782) nem ainda vestigios de um só edificio antigo magnifico e sumptuoso, porque supposto se encontrem agora n'elle a cada passo excellentes casas com magnificencia e muito bons templos, tudo isto é de fabrica moderna e tem sido edificado ha poucos annos, achando-se difficultosissimamente um d'estes edificios que possa contar cem annos.»

Antes do seculo dezasete era o Douro um deserto pouco mais ou menos. Toda a riqueza urbana se reduzia a meia duzia de cabanas humildes; toda a população se limitava a alguns pescadores e alguns pastores. Lavoura, industria, commercio não havia. Os terrenos conservavam-se incultos; os soutos, os olivaes, os pomares, as cepas mal se conheciam ainda; o cardo, o tojo, o junco, as silvas, as hervas medravam á vontade. Só mais tarde é que as artes agricolas se desenvolveram pouco a pouco; só mais tarde é que se plantaram oliveiras, figueiras, cepas, hortas, pomares, dando-se preferencia á cultura das cepas (Memoria de Christovam Guerner).

«A cultura do vinho genuino, do vinho bom do Douro (Discurso do deputado Agostinho Albano da Silveira Pinto proferido na sessão parlamentar de 13 de março de 1841) começou mui pouco antes do anno de

1678. Por esse tempo o commercio de vinhos era feito em outra provincia do norte; embarcava-se então vinho para Inglaterra produzido em um paiz donde hoje não vai: era o vinho de Monção, conhecido em Inglaterra como vinho de Portugal.»

Foi apenas desde 1700, por occasião da escassa colheita de Florença, que teve procura o vinho do Douro. Depois «as suas eminentes qualidades (Memoria de José Antonio Borges Peixoto) lhe começaram a grangear um grande credito e reputação, chegando a reputar-se como droga medicinal. O tratado de Methuen celebrado entre a rainha Anna e Portugal em 27 de dezembro de 1703, estipulou pagar-se por elle menos um terço de direitos do que pelo de França e d'aqui por diante se vulgarisou o uso do vinho do Porto em Inglaterra.»

«Como, porém, o gosto dominante (prosegue o mesmo escriptor) era n'aquelles tempos a favor dos vinhos doces, os de Lisboa lhe mereciam a preferencia e o do Douro pouco adiantava em consumo; por isso a plantação das vinhas crescia a passos tardos, reduzindo-se a pequenas porções de terra por entre os matos e algumas costas de ribeiros mais expostas ao sol. Os pequenos lagares e toneis d'aquelles tempos, que apenas levavam de 3 até 8 pipas, bem deixam ver a pequena colheita de cada lavrador. O resto das terras eram montes, alguns olivaes e soutos nas mais altas e uma pequena producção de pão, por ser terreno improprio para

este genero. D'este modo este paiz era um dos mais pobres do reino, os seus caminhos intransitaveis, o rio pouco navegavel, as povoações não respiravam mais que pobreza, a sciencia da cultura das vinhas era desconhecida, limitando-se o lavrador a podal-as e caval-as: a arte de enxertar as vides tambem não era conhecida e o modo de fabricar os vinhos era igualmente muito imperfeito.

«Porém excedendo os vinhos do Porto aos de Lisboa pela sua força, fragrancia, cor e duração ao mesmo tempo que são de um gosto particular e delicado, começaram os de Lisboa a decair em reputação e a diminuir o seu consumo, augmentando-se mais o do Porto segundo a maior estimação que ia adquirindo: na mesma proporção se foram augmentando os preços, chegando a pagar-se a pipa a 60 e 70\$000 réis e ha tradição que algum chegou a 96\$000 réis. Com estes melhores meios os lavradores estenderam mais a plantação e, crescendo com ella a producção, os negociantes estabeleceram o barateio dos vinhos, chegando a vender-se a 4\$800 e a 3\$200 réis a pipa...»

Em 1756 instituiu-se a Companhia geral da agricultura das vinhas do Alto Douro e desde então maiores creditos foram successivamente alcançando os vinhos do Porto. «O preço (referem os apologistas da celebre instituição) immediatamente deu alta; as vinhas arruinadas pela falta e cultura foram logo melhoradas; fizeram-se novas plantações; aperfeiçoou-se a agricultura, dando ás vinhas toda a qualidade de lavor e grangeio que póde concorrer para o augmento da producção e adoptou-se a enxertia das cepas, com que se melhorou muito a qualidade das uvas. O methodo de fazer os vinhos tambem foi aperfeiçoado e inventaram-se os grandes toneis, que muito contribuem para o melhoramento dos vinhos pelo ajuntamento de grandes quantidades.

O grande augmento na população do Douro bem deixa ver o augmento na sua riqueza, porque a população cresce segundo se multiplicam os meios de subsistencia. La papulazione, como observa Filangieri, cresce à mizura ché si moltiplica la sussistencia. Quanto ella está hoje augmentada póde ver-se comparando os diversos tempos. A freguezia de Sever em 1733 tinha 508 almas, em 1781 tinha 675, em 1821 tinha 952; a freguezia de Lobrigos em 1733 tinha 576 almas, em 1781 tinha 750, em 1821 tinha 1164; a freguezia de Penaguião em 1733 tinha 508 almas, em 1775 tinha 675, em 1821 tinha 952; a freguezia da Cumieira em 1733 tinha 604 almas, em 1781 tinha 866, em 1821 tinha 1267; a freguezia do Pezo da Regua em 1781 tinha 1248 almas e em 1821 tinha 1622; a freguezia de S. João da Pesqueira em 1733 tinha 1208 almas e em 1781 tinha 1210, augmentando em riqueza, luxo e população quando pela demarcação subsidiaria entrou para feitoria (Memoria de Borges Peixoto, Memorias economicas da academia real das sciencias, Discurso de A. Albano da Silveira Pinto).

Foi effectivamente desde 1756 que «os mais embrenhados montes e as mais elevadas collinas se metamorfosearam em fructiferas vinhas: ladeiras inaccessiveis foram reduzidas a plainos por meio de innumeraveis socalcos; romperam-se os mais duros rochedos e o que em outro tempo foi habitação das feras se vê semeado das mais bellas aldeias talvez da Europa, com magnificos edificios, fazendo inveja a terras grandes pela sua civilidade, luxo e polidos costumes.»

Além de outros escriptores estrangeiros, Balbi corrobora estas mesmas opiniões. «Este pequeno espaço que antes era quasi deserto e inculto (confirma elle) passou a ser um dos mais poderosos cantões de Portugal... Dá aos seus numerosos habitantes 8 a 9 milhões de cruzados de renda annual, afóra quasi milhão e meio de direitos que o governo percebe pela exportação, sem contar o imposto territorial...»

Nem todos os escriptores, é verdade, pensam de tal fórma. M. J. M., auctor de dous opusculos impressos em Paris e Lisboa no anno de 1821, declara, por exemplo, que «a producção do Alto-Douro anteriormente a 1756 andava de 30 a 405000 pipas; que pelo menos do Corgo para baixo posteriormente a 1757 peorou muito a belleza dos edificios e das povoações, sendo anteriores quasi sem excepção todas as casas que apparecem

de mediocre grandeza ou de architectura algum tanto magestosa»; que antes de 1757 «o preço medio do vinho era de 605000 réis para cima à porta da adega, vendendo-se até 1753 de 50 a 705000 réis e até por 20 moedas, tendo diminuido em 1754 a 1755 de 65000 a 105000 réis por bem notorias machinações.»

Sem embargo, o que merece mais credito é ter-se operado uma prodigiosa metamorfose com a instituição da Companhia geral da agricultura das vinhas do Alto-Douro. Construiram-se espaçosas adegas, immensos armazens, grandiosas quintas, soberbos edificios particulares e publicos. Multiplicou-se a riqueza e cresceu a população nas aldeias e nas villas, attinguindo de 1790 a 1810 a exportação para Inglaterra de 40 a 60 mil pipas, fenomeno dos mais lisongeiros e animadores, embora naturalmente se deva attribuir a serem os portuguezes, em consequencia da guerra continental, os unicos exportadores de vinho para os mercados inglezes.

Desde então até hoje a sorte do Douro tem passado por varias alternativas. Alguns annos foram as colheitas das mais abundantes e rendosas; outros annos os lavradores luctaram com difficuldades, soffreram prejuisos, fizeram sacrificios.

De vez em quando as lesmas, as aves, o pulgão, o perilhão, a aranha, o besouro, a abelha encarregavam-se de prejudicar extraordinariamente as raizes, os pampanos, as folhas, os bagos das videiras; outras vezes o

oidium, parecendo destinado a destruir completamente os cachos e a acabar de todo com a cultura das vinhas, zombava de todas as despezas e de todos os esforços dos lavradores.

Felizmente para tudo se descobriu remedio. A videira restaurou-se, salvaram-se as colheitas, pagava-se menos mal o preço dos vinhos. Não se lastimavam os lavradores, vivendo todos, senão ricos, fartos e contentes. Valia a pena empregar os braços, a intelligencia, os capitaes no grangeio das vinhas. Se um por outro anno as vindimas deixavam pouco resultado, paciencia: succediam logo melhores epochas, de modo que a situação economica do Douro nunca chegou a desesperar ninguem.

Se não quando apparece o fylloxera! Denunciando-se apenas em algumas cepas de Gouvinhas, causou a principio (1864-1870) pouco susto e pouca surpreza. Talvez não se propague e talvez não faça mal, pensavase então geralmente. Mas longe de se tornar inoffensivo, o damninho insecto, vendo-se á vontade, aclimou-se, domiciliou-se, propagou-se por toda a parte com uma actividade prodigiosa. Numerosas manchas amarelladas invadiram de anno para anno todos os concelhos. Incessantemente as folhas desmaiavam, os cachos murchavam, as varas perdiam a seiva, as raizes deixavam de sorver os succos e oleos que as sustentavam. Convertera-se o fylloxera em tam horrorosa epidemia que se pre-

para para causar mais estragos e mais prejuizos que os flagellos da guerra e do fogo.

O fylloxera continuará ainda a zombar do sulfureto de carbone e de quaesquer outras descobertas insecticidas? O fylloxera em maior ou menor prazo dará cabo irremediavelmente de todas as vinhas europeias?

Será pena que tal succeda, porque «entre os diversos generos de bebidas que se extraem dos fructos das plantas para a vida do homem (Memoria sobre a cultura das vinhas e sobre os vinhos por José Verissimo Alvares da Silva) não ha nenhuma mais generica nem mais estimada que o vinho. Este licor tam louvado pelos antigos poetas, tomado com moderação não só conserva a saude com robustez, porem prolonga a vida, reproduz as forças perdidas e cura infinidade de doenças. S. Paulo o recommenda a Timotheu por causa de certa enfermidade do estomago. Hypocrates, Galeno, Hoffman e outros celebres medicos lhe dão louvores proporcionados ás utilidades que elle procura ao genero humano. O vinho considerado como objecto de commercio é um dos ramos mais extensos que podem ter as nações que vivem nas zonas temperadas. A exclusão que a natureza fez d'este genero nos povos septentrionaes, merece que as outras nações que o possuem ponham todo o cuidado na sua cultura. As riquezas famigeradas que os reis antigos portuguezes possuiam antes da acquisição das colonias provinham das grandes extrações que se faziam d'este genero...»

Não ha, em summa, quem deixe de elogiar as qualidades e virtudes do vinho. Principalmente o do Douro, anima o espirito, fortalece o coração, faz circular o sangue, restabelece as forças, conserva a saude, inspira boas ideias. Quem deixa de beber vinho ignora o que é bom. Elle é um bello companheiro quando se não abusa, diz Yago a Cassio no Othello. E' o pai do prazer, a alma da alegria, o nume da felicidade. Não consta que no Olympo se usasse de agua, embora a agua não seja bebida desagradavel. O que os deuses bebiam era nectar e ambrosia. Trisfezas, maguas, dores, lagrimas volatizamse logo pela influencia dos vapores do vinho, porque realmente o vinho tudo anima, tudo rejuvenece, tudo melhora. Dá coragem aos fracos, dá forças ao tropego, dá esperança aos desalentados, dá sangue aos velhos. É capaz tambem de dar vista aos cegos e movimento aos paralyticos. Aquece a imaginação, exalta o espirito, aperfeiçoa as ideias, retempera o cerebro, chega a fazer milagres até. Os poetas a elle devem os principaes titulos da sua vaidade e os principaes laureis da sua gloria. Que seria da lyra de Anecreonte sem o sumo das uvas de Cos e de Lesbos; que succederia a Horacio sem o cecubo, sem o massico, sem o falerno; como pensaria Lord Byron sem o champagne e sem o Port wine? Faltando esta inspiradora bebida, certamente no mundo não haveria poetas, não haveria cantores, não haveria mathematicos...

— Mathematicos tambem! Porque motivo os não haveria? ha de haver quem ingenuamente pergunte.

Responde-se com facilidade:

— Porque os que bebem vinho são os que sabem descrever melhores curvas.

II

Origens do vinho—Opiniões de varios auctores—Praparações, virtudes e antiguidade do vinho—Os vinhos modernos—
O celebre rosenwein.

O vinho, esse liquido agradavel, tonico, nutriente, considerou-se sempre em todos os tempos e em todas as nações a mais preciosa das bebidas.

E' difficil determinar a epocha em que os homens começaram de o fabricar. A sua origem, perdendo-se na escuridão dos tempos, está cheia de fabulas.

Atheneu diz que Orestes, filho de Deucalião, plan-

tou a videira no Etna e todos os historiadores concordam em olhar Noé como o primeiro que fez vinho na Illyria, Saturno em Creta, Baccho na India, Osiris no Egypto, Geryão na Espanha.

Os romanos tiravam os seus melhores vinhos da Campania. O falerno e o massico provinham das plantações das visinhanças de Mondragon. Os vinhos de Amiela e de Fondi colhiam-se perto de Gaieta. A uva de Luessa crescia ao pé do mar... Todavia, apesar da grande variedade de vinhos produzidos nos terrenos da Italia, o luxo obrigou os romanos a aproveitarem os da Asia, chegando-se a servir em todos as suas mezas os ricos vinhos de Chio, de Lesbos, de Efeso, de Cos, de Clasomena.

Quando lemos com attenção o que Aristoteles e Galeno referem ácerca da preparação e das virtudes dos vinhos mais afamados do seu tempo, não podemos deixar de admittir que os antigos sabiam inspissar e seccar certos vinhos para os conservarem largos annos. Aristoteles declara expressamente que os vinhos da Arcadia se solidificavam de tal modo nos odres que era necessario raspal-os e diluil-os em agua para se poderem beber. Plinio falla de vinhos conservados cem annos, sendo igualmente indispensavel diluil-os em agua e coal-os por um panno. Tambem Marcial aconselha que se filtre o cecubo. Galeno finalmente refere-se a alguns vinhos da Asia que, deitados em garrafões que se pen-

duravam nos cantos das chaminés, adquiriam pela evaporação a dureza do sal.

Eram naturalmente vinhos doces, espessos, pouco fermentados. Eram mais extractos que liquidos. Talvez um arrobe analogo ao que formamos hoje pela inspissação e concentração dos succos da uva.

Modernamente bebe-se o vinho logo ao sair dos lagares, o que damnifica a saude; mas os antigos deixavam-no adquirir, segundo as suas qualidades, mais ou menos annos de velhice. Dioscorides determina o setimo anno como o termo medio de elle se beber. Pelas informações de Galeno e Atheneu, o falerno não se bebia geralmente nem antes de dez nem depois de ter vinte annos. Os vinhos de Alba exigiam vinte e o surrentino vinte e cinco annos de conservação. Macrobio relata que, ceando com Cicero em casa de Damasippo, lhe serviram falerno de quarenta annos, uma deliciosa bebida que podia bem com a sua idade: bene, inquit, atatem fert. Mais ainda. Plinio falla de um vinho, servido na meza de Caligula, que passava de cento e sessenta annos. Horacio tambem cantou um vinho de cem folhas.

Os modernos vinhos, esses são perfeitamente conhecidos. Não ha povo que desde longe os não cultive, os não fabrique e os não aprecie. São um dos mais consideraveis ramos do commercio europeu e são a principal riqueza de muitas nações.

De todos o mais caro e mais celebre é, sem duvida, o rosenwein.

«Entre os extraordinarios objectos de luxo da Allemanha que se apresentam na meza do rei de Wurtemberg por occasião da reunião dos hospedes imperiaes Napoleão III e Alexandre II (Archivo pittoresco de 1858) figurava este celebre vinho, de cuja posse se ufana a cidade de Breme. Sabido é que unicamente aos burgomestres d'aquella cidade se permitte extrahir algumas garrafas d'elle para seu uso particular ou para presentearem os principes reinantes. A sua historia, fazendo representar cada garrafa o valor de onze milhões de francos, contem o maravilhoso das lendas.

«A adega de Breme é a mais antiga da Allemanha. Está collocada por baixo do paço municipal. Uma das cavas, chamada a *Rosa*, encerra o famoso vinho *rosenwein*, que na actualidade conta mais de dous seculos e meio. Em 1694 pozeram-lhe lá seis toneis de vinho do Rheno e outros tantos de Nocheimer.

«Nos outros compartimentos da adega ha tambem vinhos da mesma qualidade, ainda que menos antigos, arracadados em 12 grandes estancias, cada uma das quaes se designa pelo nome de um dos apostolos.

«N'outras galerias acham-se vinhos mais novos e quando se tira uma garrafa do *rosenwein* se preenche com vinho dos apostolos, este por outro mais moderno e assim por diante, de sorte que, ao contrario do tonel das danaides, as vasilhas estão sempre atestadas.

«Assim se explica o custar uma garrafa do rosenwein mais de dous milhões de rixdallers (cada rixdallers vale cerca de quatro francos ou 680 réis da nossa moeda). Um casco de vinho de 1020 garrafas custava 500 rixdallers em 1624; contando as despezas de concertos da adega, as contribuições, os juros e os juros capitalisados, custaria hoje 2,778,288,200 rixdallers (1,889,235,9765000 réis); um copo ou a oitava parte de uma garrafa representa o valor de 340,476 rixdallers (aproximadamente francos 1,361,904 ou 281,5235680 réis); por ultimo cada gota, contando mil gotas cada copo, 500 rixdallers, perto de 1,262 francos ou 2315540 réis.

«Os cidadãos de Breme tem direito a uma garrafa quando hospedam algum personagem de nome celebre na Allemanha e no resto da Europa.

«A cidade de Breme ás vezes mandava a Gæthe, no dia dos seus annos, uma garrafa de tam precioso vinho, sentindo-se deveras que não nol-a mande agora tambem a nós!»

ILI

A vitis vinifera.—Sua longevidade e sua grandeza.—Versos de Lamartine.—As portas da cathedral de Ravenna.—As vinhas da Italia, da Carolina e da America Septentrional.

Fallando-se do vinho deve fallar-se da videira. Todos a conhecem menos mal, sem duvida; mas como poucos estarão perfeitamente informados da sua historia, não se tacharão de ociosas algumas breves noções a respeito d'ella.

A videira, vitis vinifera de Linneu e de Tournefor, póde considerar-se a maravilha das plantas sarmentosas.

Os antigos naturalistas e os modernos viajantes concordam todos no tocante á sua longevidade e á sua pasmosa grandeza. Strabão, que vivia no tempo de Augusto, refere que na Margiana havia cepas de tamanho tal que dous homens difficilmente conseguiam abraçal-as: tinham de tres a quatro metros de circumferencia. Plinio diz tambem que os antigos com razão classificaram a videira entre as arvores em vista das dimensões a que podia chegar, continuando assim: «Em Populonio ha uma estatua de Jupiter feita de um unico

pedaço d'esta madeira e que, apezar de existir ha muitos seculos, não mostra ainda signaes de destroço. Os templos de Juno em Patera, Massilia e Metaponto eram sustentados por columnas de videiras e ainda actualmente o madeiramento do templo de Diana em Efeso é feito das cepas de Chypre. Não ha madeira mais duradoura.»

O mesmo naturalista falla em outra parte de videiras que tinham para cima de seiscentos annos. Strabão e Columella igualmente contam coisas espantosas. Os escriptores modernos tambem confirmam que não ha planta nem arvore que adquira maiores proporções nem que resista por mais tempo. Côllossos vegetaes como são, podem applicar-se-lhes, do mesmo modo que aos cedros do Libano, os celebres versos de Lamartine:

Arvores sem rival, joias da natureza, gigantes vegetaes, eternas sentinellas, riquissimos doceis de esplendida belleza destinados ao deus do raio e das procellas!

A sombra nos inunda as almas de pavor como as trevas de um templo onde impera o terror; o tronco, não havendo em dimensões segundo, resiste para sempre ás convulsões do mundo: da sua immensidade esmaga-nos a ideia, ao contornar-lhe a baze o passo nos fraqueia e impossivel será no circulo dos braços cingir da casca um só dos collossaes pedaços. De umas arvores taes a gente pendurada parece uma formiga, um ponto, um quasi nada!

Não se exagera. Os modernos (Dicc. de agricultura de Francisco Soares Franco) sabem que as grandes portas da cathedral de Ravenna são feitas de pau de videira: as tabuas medem mais de quatro metros de altura e tres ou quatro decimetros de largura. Miller, fallando das vinhas de Italia, refere mais que em certos territorios se encontram videiras plantadas ha mais de trezentos annos e chama novas ás que sómente contam um seculo. Catesby tambem falla da videira por estas palayras: «Não só cresce espontaneamente na Carolina, mas por toda a America Septentrional desde o 25 até o 45 grau de latitude. É tam commum nas matas que os seus ramos oppoem grandes obstaculos á passagem dos viajantes e dos cavallos: trepa facilmente pelas arvores mais altas e até às vezes parece suffocal-as com os seus abracos.»

IV

Vinhas destruidas.—Replantação da videira.—O sulfureto de carbone e as cepas americanas.—Será possivel a restauração da vinha?—A cultura do tabaco.

Apesar de tudo a videira, sem lhe poderem valer os seus venerandos privilegios de existencia secular nem os seus nobilissimos titulos de rainha das plantas sarmentosas, está sendo ameaçada de uma tam cruel e geral enfermidade que não falta quem receie que venha a desapparecer completamente das terras do Douro.

Se não se descobrirem melhores processos de combater o fylloxera, com toda a certeza a videira morrerá dentro de uma duzia de annos. O fylloxera invade tudo. Algumas freguezias ainda regularmente produzem vinho; mas muitas outras ficaram já destruidas de todo. Desde o Roncão até Covellinhas e desde Roriz até Bagauste, que destruição total! Todas ou quasi todas as vinhas estão perdidas como se fossem devoradas por um incendio. A videira perdeu a seiva, deixou de florescer, seccou. Já se não aproveita um cacho.

Como unicos remedios aconselham-se a replantação

e o sulfureto de carbone. «Morreram as videiras antigas? Plantem-se videiras novas. Ha fylloxera? Applique-se o sulfureto.» Alvitres e conselhos não faltam. Mas quem póde garantir que as cepas americanas são resistentes e quem póde garantir que o sulfureto de carbone destroe todos os fylloxeras?

Em consequencia da sua prodigiosa propagação, o fylloxera avança todos os dias. Quem o obriga a recuar? De que terrenos o expulsaram até hoje? Apesar das suas pequenissimas fauces e da sua microscopica estatura, nada o intimida, nada lhe retarda o passo, nada o desarma. Peor que a hydra de Lerna, ainda não se apresentou Hercules que o exterminasse. É um despota invencivel, um conquistador sem rival, um demonio. Triunfa por toda a parte, não poupando coisa alguma. Causar a destruição de enormes valores, sacrificar milhares de familias, reduzir ás condições de um deserto a mais rica e mais importante região vinicola de Portugal, pouca importa aos seus instinctos ferozes. Não escuta clamores de piedade, não vê os prejuizos que causa, não se commove com as lagrimas que faz verter. Devora como o fogo, fulmina como o raio, é mais cruel que todos os flagellos do mar e da terra.

Sem duvida alguma a vinha encontrou o seu maior inimigo, o seu implacavel destruidor. É possivel que sobrevenham melhoras épocas; todavia esperar que a vinha se restaure não será tempo perdido? Contar com o

desapparecimento casual do fylloxera não será calculo mallogrado? Luctar é conveniente; mas quantos lavradores ainda dispoem de coragem e de meios pecuniarios para proseguir na lucta? Meios de luctar e esperanças de vencer vão falhando já e por isso é que em todas as aldeias, em todas as villas, em todas as freguezias, em todos os concelhos se pensa, como ultimo recurso, na livre cultura do tabaco.

V

Os tempos antigos e os tempos actuaes. — Relatorios da commissão central anti-fylloxerica do norte. — Cumulo de desgraça. — Abundancia e deficiencia da producção vinicola. — A exportação. — Os negociantes inglezes. — Concorrencia de outros vinhos.

Decididamente o Douro, bem longe de se afogar em dinheiro, vai caminhando para a sua total ruina. Tempos de prosperidade, annos de fartura, dias de riqueza, se os teve, desappareceram já. Hoje está pobre. Centenas e milhares de hectares de vinha estão perdidos completamente, não chegando a produzir uma cesta de uvas, um simples cacho, um bago. Pelo menos de vinte a trinta mil pipas dos melhores vinhos foram devastadas já pela mandibula do fylloxera.

Se merece credito a commissão central anti-fylloxerica do norte, leiam-se os relatorios officiaes que ella tem publicado e ver-se-ha então que, pintando nós a crise vinicola com cores á Rembrantd, não exageramos. Se alguem exagera é quem não está bem ao facto do que se passa pelo Douro. E' quem imagina que todas as povoações prosperam tanto como o Porto e Lisboa, que todas as provincias andam tão favorecidas pela natureza e pelos poderes publicos como a Estremadura e o Minho.

Para cumulo de desgraça, o pouco vinho que ainda se colhe vende-se cada vez mais barato e cada vez com mais difficuldade, o que parece um paradoxo, porque em toda a parte a falta de producção augmenta o valor do producto!

Dispensam-se largas prelecções de economia politica para se comprehender que a escassez estabelece a carestia do mesmo modo que a abundancia estabelece a barateza.

Nada mais claro.

Todavia porque succede isto?

A razão é simples. E' que a deficiencia de producção apenas se sente nas vinhas do Douro, não em todo o

paiz. Na Bairrada e em todos os outros districtos vinhateiros houve mais que regular abundancia.

Desde muitos annos que a maior parte do vinho exportado para Londres, para Bordeus, para o Brazil não sai das adegas do Douro. Ninguem ignora que nos armazens de Villa Nova de Gaya, o nosso principal deposito de vinhos de exportação, entram todos os annos com o nome de vinho do Douro milhares de pipas da Bairrada e de outras procedencias.

Houve tempo em que o vinho do Douro era especialmente procurado por nacionaes e estrangeiros, pagando-se muito mais caro e preferindo-se a todos os outros vinhos. Mas hoje não tem os mesmos apreciadores. Os negociantes o que pertendem é comprar barato, o mais barato possível.

Todos nos lembramos do que succedeu na vindima de 1882. As casas inglezas despediram os seus freguezes, ainda os mais antigos e mais respeitaveis. Fizeram gréve, seguindo-se que em grande parte os lavradores se viram obrigados a envazilhar os vinhos por sua conta, na esperança de que elles mais tarde tivessem procura. O tempo decorreu e as casas inglezas continuaram a retrahir-se. Seria porque decidiram acabar com as especulações vinicolas? Não. Foi porque se sortiram das adegas de Pinhel, de Mogofores, de Azambuja, onde o preço costuma ser mais diminuto.

Os vinhos da Bairrada, como ainda os de outras

quaesquer procedencias, não pódem, é certo, competir com o do Douro, o qual por toda a gente de fino palaladar tem sido sempre considerado uma preciosidade hors ligne. Mas os negociantes, sejam elles estrangeiros ou nacionaes, pouco se importam hoje com taes bondades e taes virtudes. Preferem genero barato, porque assim fazem melhor negocio, tiram mais proveito, ganham mais dinheiro.

Se não fosse a concorrencia, certamente o vinho do Douro alcançaria preços importantes. Ha muito pouco em proporção das colheitas antigas e principalmenta das necessidades do consumo actual, bastando talvez a cidade do Porto para o consumir todo. A concorrencia, todavia, fal o embaratecer muitissimo. Que importa que elle falte, que não abunde, que cada anno haja menos se ha abundancia em todas as outras nossas regiões vinhateiras? A producção do Minho, das duas Beiras, da Estremadura, do Alemtejo tem sido nos ultimos annos bem mais consideravel do que nunca foi desde que se plantou a vinha em Portugal.

VI

Cultura do tabaco. — O fylloxera. — Replantação da vinha. —
Culturas mais lucrativas. — Qualidade do tabaco. — Opiniões
favoraveis. — Imposto. — A comissão central anti-fylloxerica do norte. — A «régie». — Apprehensões do governo. —
Receitas publicas. — Alvitre.

Libertar a cultura do tabaco é, por conseguinte, o maior serviço que os poderes publicos pódem prestar ao districto vinhateiro do Douro.

Já estão descobertos e ainda se descobrirão de futuro muitos remedios com o louvavel intento de se combaterem efficazmente os estragos do fylloxera; mas o que não padece duvida é que os vinhedos vão desapparecendo de anno para anno como se fossem devorados pelas chammas de um incendio.

Valerá a pena replantar-se a vinha?

Não nos parece rasoavel o expediente da replantação se a vinha se arriscar facilmente a ser outra vez destruida pelo fylloxera. Seria trabalho sem proveito; seria lançar dinheiro fóra; seria uma ideia insensata.

A cepa, digam o que disserem, não vive com o fylloxera. Resiste mais ou menos tempo, é certo; mas afinal o fylloxera triunfa, a videira deixa de produzir, os vinhedos moriem completamente.

Logo não sendo possivel, ou, no caso de possivel, sendo muito dispendiosa a replantação, os terrenos fylloxerados do llouro hão de reduzir-se a terrenos maniphos?

As suas condições climatericas e geologicas são especiaes. O que se produz é bom, é de qualidade superior; mas o Douro não tem o privilegio da cornucopia de Ceres, não produz tudo a esmo e a eito.

Em poucas palayras, as unicas culturas lucrativas são o vinho e o tabaco. Outras mais estão longe de garantir um rendimento satisfatorio, por exemplo a oliveira, o sabugueiro, o castanheiro, o carvalho, a amendoeira, o opio, a horta, os pomares, de todas, ainda assim, as melhores.

O. vinho, infelizmente, desapparece por mais esforcos que empreguemos para o salvar. Aproveitemos pois o tabaco: E' uma solução que dispensa calculos e estudos. Nada de mais simples intuição. Nada mais claro nem mais concludente.

Acerca da bondade do tabaco já ninguem duvida. A nicociana cria-se no Douro como na Virginia, como

na Turquia, como na Hollanda, como na propria ilha de Cuba.

Consultem-se os membros da commissão central antifylloxerica da norte, que a principio, por signal, contrariavam a cultura da herva-santa; consultem-se tambem os donos das fabricas do Porto, os quaes julgaram já os nossos charutos de qualidade igual aos tabacos da Virginia e do Maryland; consultem-se ainda os peritos estrangeiros, cuja opinião, como se deriva da carta enviada de Londres ao snr. barão da Roeda, é das mais lisongeiras para os creditos do tabaco produzido na região do Douro. O que se conclue? Que o unico argumento que ainda obriga a reflectir o governo é o receio de diminuirem as receitas geraes do estado. Liberta a cultura do tabaco, as fabricas teriam de sortir-se do produzido cá e assim forçosamente baixaria a importação dos tabacos estrangeiros. O estado, pelos actuaes processos fiscaes, aufere uma receita correspondente, pouco mais ou menos, a 3:200 contos. Seria possivel sobrecarregar-se o tabaco nacional com impostos equivalentes? Pensam que não os ministros.

A commissão central anti-fylloxerica do norte observa, ao contrario, que o governo nada terá que perder se se adoptar o systema francez. «O unico inconveniente de vulto que se podia offerecer, diminuição de receita, não tem rasão de ser, porque nada mais facil

do que por em pratica o systema de vigilancia usado lá fóra» (Officio do snr. Manuel Rodrigues Gondim).

Rasão melhor, se fosse aproveitavel, não se encontraria. O estado fiscalisando rigorosamente e cobrando sem perda de um real todos os direitos equivalentes as receitas dos tabacos estrangeiros, perderia alguma coisa? Não perderia.

Mas o problema não se resolve com tanta facilidade. Sabe se perfeitamente que o que ha mais difficil e mais contingente é o serviço da fiscalisação.

Escusamos de illudir-nos. Permittida a cultura do tabaco, hão de com toda a certeza, adoptados ou não os processos da régic, diminuir consideravelmente as receitas, nos primeiros annos principalmente. Será impossivel que os plantadores e os fabricantes se habilitem desde logo a pagar 3:200 contos de reis, algarismos redondos. Em face de taes exigencias, plantadores e fabricantes apertariam com desespero as mãos na cabeça e de guelas implacaveis gritariam desde madrugada á noite que lhes acudissem por amor de Deus.

N'este caso são faceis de rasgar as nevoas que empanam os horisontes do futuro. Póde calcular-se bem que nos primeiros annos o imposto sobre a cultura, fabrico geral, consumo interno, exportação e todos os meios de vendagem ha de ser forçosamente inferior a 3:000 contos.

Eis no que, sem duvida, consiste o estorvo, o em-

bargo, o obstaculo. O governo não duvidaria apresentar qualquer medida legislativa destinada a satisfazer os desejos dos lavradores do Douro se não tivesse fundados receios de diminuirem as receitas publicas, de se prejudicar o equilibrio orçamental, de estremecer a situação financeira. Proponham-lhe pagar annualmente, sem diminuição de um real, as actuaes receitas provenientes do imposto sobre a industria do tabaco e hão de ver que sem perda de tempo o governo, como sendo a aza protectora dos lavradores do Douro, deixará de impedir, de retardar, de julgar prejudicial a cultura do tabaco.

Pense-se um pouco nas vantagens d'este alvitre. Hyperbolico, irrisorio, fantastico não é. Poderá utilisar-se porque tem base, porque tem solidez, porque tem fundamento.

Supponhamos que se organisava uma empreza com o nome, pouco mais ou menos, de Companhia dos tabacos do Douro, proporcionada por um lado a garantir ao governo as actuaes receitas provenientes do imposto sobre o tabaco e destinada por outro lado a explorar a cultura e fabrico d'este genero em todo o paiz. Dispondo de sufficientes capitaes e sendo sempre bem administrada, não poderia alcançar proporções de uma empreza collossal e prestar-nos ainda mais valiosos serviços que os prestados pela antiga Companhia geral da agricultura das vinhas do Alto-Douro?

VII

As suas vantagens.—Avultado capital.—Fins a que se destina.—O monopolio.—Queixas.—Quem perde e quem lucra. —Difficuldades.—Um milhão de libras.—O fisco.—A producção do Douro comparada com a dos outros paizes.

Não ha negocio sem risco; não ha industria de lucros infalliveis; nada ha no mundo que não seja duvidoso e contingente. Sem embargo a *Companhia dos tabacos do Douro*, organisada como se deve organisar, seria incontestavelmente das emprezas mais rendosas e menos arriscadas.

Reclama-se sem duvida um avultado capital social. Torna-se indispensavel recorrer ao auxilio de bolsas poderosas. Todavia o aguilhão do interesse garantido não faz mover immediatamente os capitalistas? Por falta de dinheiro não abortará a *Companhia dos tabacos do Douro*.

Admittindo-se pois que se organise, qual a doutrina dos seus estatutos, que intuitos serão os seus, de que privilegios carece, que proporções deve attingir e que papel deve representar em competencia com as industrias nacionaes?

Destinada a explorar os tabacos do Douro, poderá comprar e arrendar terrenos, montar e administrar fabricas, estabelecer depositos nas povoações principaes do reino, entregar-se a operações de exportação e de qualquer outra natureza.

«E', pouco mais ou menos, a resurreição do monopolio que findou em 1864, dirão talvez. E sendo um monopolio, que destino se ha de dar á fabrica de Xabregas e a todas as outras fabricas congeneres? Não devem faltar embaraços nem reclamações!»

Terá e não terá o caracter de monopolio. Poderá considerar-se assim por ter o exclusivo da venda dos tabacos do Douro; não se considerará assim porque a todas as outras fabricas continua a permittir-se a liberdade de que actualmente gosam.

Terá direitos especiaes; mas sem prejuizo de direitos alheios. Administrará, receberá, comprará, venderá os tabacos nacionaes, podendo fabrical-os por sua conta em estabelecimentos proprios, podendo vendel-os em folha ás outras fabricas, podendo finalmente dispor d'elles conforme lhe convier mais e não podendo nenhuma outra empreza, sem seu expresso consentimento, usar dos tabacos produzidos no Douro.

Quem se queixará com fundamento? Quem se poderá considerar prejudicado? Quem terá direito de impedir que sob taes bases se organise qualquer associação agricola ou qualquer sociedade industrial?

Ninguem perde. Não perdem os particulares porqu's se lhes permitte, como succede hoje, o exercicio das suas industrias; não perdem tambem os cofres do estado porque recebem integralmente as quantias que o fisco lhes garante.

Querem agora saber quem lucra?

Em primeiro lugar lucram os povos do Douro, porque os seus terrenos, sendo destinados á cultura do tabaco, readquirirão parte da sua primitiva riqueza; em segundo lugar lucra o paiz todo porque, deixando-se de importar o tabaco estrangeiro, deixam os nossos capitaes de sair do reino em cifra excedente a 400 contos e ainda porque se cria, nascendo a industria dos tabacos portuguezes, uma nova fonte de riqueza publica.

As maiores difficuldades para a organisação da Companhia dos tabacos do Douro afigura-sa-nos, portanto, que não hão de ser as suscitadas pelos interesses particulares nem pelos interesses dos poderes publicos. Serão naturalmente originadas pelo receio de não renderem juro animador os capitaes assim empregados. Allegar-se-ha ser uma empreza excessivamente grandiosa que, exigindo grossas quantias, póde arruinar de um para outro dia a fortuna de algumas duzias de capitalistas.

Sem duvida que as suas proporções lhe grangearão os encargos de uma das mais vastas companhias portuguezas. Entre outras verbas, terá de dispender todos os annos com o estado algumas centenas de contos; terá de empregar em arrendamentos, compra e grangeios de terrenos verbas importantissimas; terá de gastar na construcção de fabricas e armazens sommas avultadas; terá de consumir em despezas de fiscalisação, de serviço e de administração numerosas quantias. Segue-se que o seu fundo social deverá exceder talvez um milhão de libras esterlinas.

Calculemos, porém, as receitas. Será possivel haver ganho ém vez de prejuizos?

O Douro poderá dispôr, pelo menos, de 6.000 hectares de bons terrenos. Calculando 600 kilos por cada hectare, a producção geral será de 3.600.000 kilos. Cada kilo, rendendo 400 reis para o productor e 1.600 reis para o fisco, valerá pelo menos 2.000 reis e portanto o resultado total da producção será 3.600.000 × 2.000=7.200.000.000.

É claro que, para a Companhia dos tabacos do Douro render annualmente 7,200 contos, precisa de cobrar o imposto que o estado actualmente percebe; mas se ella o garante ao estado, porque motivo o não ha de receber dos consumidores? A Companhia dos tabacos do Douro, em vez de vender ás outras fabricas por 400 reis, venderá por 2.000 reis cada kilo de folha de tabaco. Nada mais simples.

Um dos argumentos contrarios é que se deve julgar exagerado o calculo de 400 reis para cada kilo de folha de tabaco. No districto do Funchal o kilo chega a vender-se a menos de 200 reis; nos Açores algumas vezes nem sequer se encontra comprador; no norte da França, como assevera Royer, não se paga por mais de 54 centimos; no Lot-et-Garonne, onde se produz o melhor tabaco da França, nunca vale mais de 87 centimos.

Este argumento, porem, não é assaz concludente. No Funchal, nos Açores e em quasi todos os pontos da França a qualidade do tabaco, *nicotiana rustica*, passa como das mais ordinarias, não servindo algumas vezes senão para rapé. Certamente que terão sempre mais valor os tabacos do Douro.

Allegar-se-ha tambem que os schistos do Douro produzirão menos de 600 kilos por hectare; mas ainda é facil provar-se que não podem produzir menos.

Segundo Gasparin, na França, cujo terreno é pouco adequado á cultura do tabaco, regula 3.850 kilos por hectare o rendimento maximo e 1.200 kilos por hectare o rendimento minimo. Na Belgica, segundo Demoor, a

producção media é ainda de 3.700 kilos por hectare. Na Italia, segundo Berth Pichat, não ha colheita inferior a 2.000 kilos por hectare. Nas Filippinas, segundo D. Victoriano Felipe, o rendimento medio por hectare é sempre superior a 900 kilos.

Por conseguinte não se exagera quando se concedam 600 kilos para os terrenos do Douro, sendo, alem d'isso, corroborado este calculo pelas experiencias feitas nas quintas da Roeda, da Vaccaria, da Varoza, do Porto e das Lages.

VIII

Empreza das de mais importancia.—Cultura do tabaco.—Uma das ultimas sessões parlamentares.—Declaração do presidente de ministros.—A vinha considerada brazão glorioso.

—O Douro convertido em charneca. — Perguntas e respostas.

Difficilmente se organisară uma empreza de mais utilidade e mais importancia pela razão de que a Companhia dos tabacos do Douro estaria determinada a ser um elemento de riqueza e de força, representaria sem duvida a reunião de poderosas actividades monetarias, seria naturalmente uma potencia industrial de primeira ordem, poderia emfim considerar-se a causa, sine qua non, de melhorarem profundamente as nossas condições agrico las e economicas.

Tam util e necessaria a reputamos, que sem ella

afigura-se-nos impossivel consentir tam cedo o governo na liberdade de cultura do tabaco.

N'uma das ultimas sessões parlamentares o nobre presidente de ministros, Fontes Pereira de Mello, declarou que se por um lado se precisava de acudir ás circumstancias precarias do Douro, por outro lado convinha não alterar sensivelmente as receitas do estado, tencionando todavia apresentar dentro de curto praso, de accordo com as commissões, algumas providencias legislativas n'este sentido.

Depois de tal declaração devemos aguardar que o governo se anime a resolver a crise que por toda a parte nos está assoberbando com as mais horrorosas ameaças de um futuro de miseria? Não. Algumas concessões se farão talvez; mas de um modo tam exiguo e tam acanhado que pouco ou nada se adiantará infelizmente. O mais provavel é limitar-se o governo a providenciar no sentido de se combater o fylloxera. «A vinha, pensa elle, deve considerar-se a honra do Douro. E' o brazão mais glorioso de Portugal.»

Nós tambem preferiamos a vinha ao tabaco. Se ha ingrediente, se ha veneno, se ha arte que extermine o fylloxera, deixemo-nos de culturas novas. Mas, respondam-nos, que profeta nos assegura que a vinha resista ao fylloxera? Resistir mais ou menos não é o que nos convem. Convem que resista sempre ou, pelo menos, durante largos annos. Resistirá? Não resiste e por-

tanto a necessidade de se cultivar o tabaco é evidente. Sem o tabaco tornar-se-ha o Douro uma charneca.

Perigosa e má administracção seria impedir esta cultura, porque, além de estar destinada a salvar o Douro, poderá ser para Portugal um dos melhores mananciaes de riqueza publica. Ninguem nos desvia d'esta opinião, embora corresponda a perdermos o nosso tempo confiar que o governo, deixando de temer que se arruinem as finaças, consinta, para annuir aos nossos pedidos, para satisfazer os nossos desejos, para acudir ás nossas conveniencias, para agradar ás nossas pessoas, que nas encostas das nossas collinas e nas quebradas das nossas montanhas se cultive a nicociana como se cultiva qualquer outra semente agricola ou qualquer outro genero de lavoura, nem mais nem menos como actualmente succede nas nossas ilhas adjacentes, como actualmente succede na França e na Italia, como actualmente succede na Belgica e na Hollanda.

Ha só um meio de convencer o governo. E' assegurar-lhe que o estado nada perde, que ninguem desacata o fisco e finalmente que as receitas publicas não soffrem a minima alteração.

- Quanto, pergunte-se, rende hoje o imposto sobre o tabaco?
- -3.145.000\$000 no continente, segundo as leis de 13 de maio de 1864, 27 de abril de 1871, 11 de abril de 1878 e 31 de março de 1879.

— Pagam-se sem desconto de um real unico; mas faça-se emfim a vontade á gente do Douro!

Desappareceriam logo os escrupulos e as reluctancias do governo.

O meio é optimo, não ha de faltar quem observe; mas a que Potosi iremos buscar os 3.145 contos?

Resposta simples:

— Não se precisa de tanta fartura de dinheiro. O tabaco estrangeiro continua ainda a ser consumido e por conseguinte continuará tambem a produzir uma certa receita. Haverá a dispender sómente a differença do rendimento aduaneiro proveniente do consumo do tabaco nacional.

E' certo que ainda assim será necessario dispôr de grossos capitaes; mas quem duvida de que esses capitaes possam ser sem difficuldade fornecidos por uma companhia para esse fim expressamente organisada?

IX

Objecções.—Opinião de alguns dignos pares do reino.—Producção por hectare.—Despezas e rendimento liquido.—
Rendimento vinicola.— Poderá fumar^{*}-se o tabaco do Douro?— Confronto dos povos do Douro com os da Madeira.

Póde facilmente objectar-se-nos que para se sustentar sem risco de desastre uma companhia em taes circumstancias monetarias seria preciso que o tabaco do Douro fosse da melhor qualidade e ainda assim se podesse vender a preço barato.

Sabemos que na camara dos dignos pares do reino se propalou pela boca do snr. conde de Valbom e do snr. Antonio Augusto de Aguiar que era carissimo e detestavel o tabaco produzido pelos schistos das nossas collinas.

«Em que se fundou, perguntaram suas exc.", a commissão central anti-fylloxerica do norte para reputar o tabaco do Douro de tam boa qualidade que se possa vender a 400 reis o kilo?»

«O tabaco do Douro não é bom, acrescentaram. Os charutos examinados no ministerio das obras publicas eram, apesar de terem mistura de tabaco estrangeiro, nada mais e nada menos que detestaveis!»

Effectivamente assim eram então. Mas indagaram o snr. conde de Valbom e o snr. Antonio Augusto de Aguiar a causa da ruindade do tabaco do Douro? Se a indagassem, ficariam sabendo suas exc. as que a bondade d'este genero de consumo não depende só da natureza das sementes, das condições geologicas, da influencia climatarica, dos processos culturaes. Depende da manipulação principalmente. E' necessario que a nicociana seja fermentada, preparada, fabricada com todo o cuidado. Se os processos industriaes forem maus, o producto agricola revelar-se-ha mal. Torna-se indispensavel que a natureza e a arte cooperem mutuamente. Da excellencia do producto agricola e da perfeição do fabrico é que resultam os verdadeiros predicados de bondade.

Os primeiros charutos enviados pela commissão central anti-fylloxerica do norte para o ministerio das obras publicas certo é que não agradaram nem podiam agradar. Queimavam as guelas, arruinavam o paladar, pareciam polvora. Eram amargos, negros, detestaveis,

uns simples rolos de folha de tabaco, verdes, sem fermentação, sem escolha, sem preparo algum.

A julgar-se por esta primeira experiencia, o tabaco do Douro irremediavelmente ficaria condemnado para sempre; mas procedendo-se a novas experiencias, fermentando-se convenientemente, sujeitando se a bons processos, manipulando-se como se deve manipular, deixará elle de ser de qualidade ordinaria para se considerar bom, excellente, magnifico.

Portanto o preço de 400 reis será effectivamente carissimo? Deverá comparar-se a qualidade do tabaco do Douro aos tabacos da França, da Allemanha, da Belgica, da Hollanda, da Italia?

Como informam Gasparin e Royer, no norte da França regula cada kilo por 54 centimos e no sul da França não passa o kilo de 87 centimos. Na Belgica, na Hollanda, na Hungria, na Italia, segundo Demoor, Berth Pichat, Barral e outros escriptores especiaes, nunca um kilo de folha de tabaco excede 1 franco. Logo para o Douro valer duas e tres vezes mais, seria indispensavel que fosse, por exemplo como o das Antilhas, um genero de primeira ordem. Chegará porventura a merecer estes creditos, a ganhar esta fama?

E' claro que a ser de qualidade igual aos tabacos europeus, difficilmente encontrará procura nos nossos mercados e ainda menos nos mercados estrangeiros. Encaremos, porém, a questão pelo seu peor lado. Supponhe-

mos que o preço de 400 réis é excessivo. Poderá venderse por metade d'este preço, 200 réis, lucrando ainda assim sufficientemente o cultivador?

Vejamos quantos hectares poderá o Douro dispensar. Quantos ? Pelo menos 6.000 hectares, conforme o parecer da commissão central anti-fylloxerica do norte. Mais. Quanto produzirá cada hectare ? 600 kilos, sem hyperbole, visto que em nenhum paiz do mundo é mais exigua a producção. Por conseguinte 6.000 hectares produzirão 3.600.000 kilos ou aproximadamente 1 kilo por habitante, o que é a media do consumo em toda a parte onde se fuma. Em seguida multipliquem-se os 3 milhões e 600 mil kilos por 200 reis, preço de venda. Apurar-se-ha que os 6.000 hectares renderão, captivos das despezas culturaes, 720 contos.

Calculemos agora as despezas.

Na França, segundo Royer, gasta cada hectare de 600 a 699 francos, ou 108.000 a 125.820 reis em moeda portugueza. As despezas da Belgica, da Italia e da Allemanha, segundo Demoor e Berth Pichat, não baixam tambem de 100.000 reis. Conceda-se pois para os terrenos do Douro, embora seja muito mais escassa a producção (600 kilos só) esta mesma verba de 100.000 reis. Teremos:

 $6.000 \times 100.000 = 600.000.000$

Abatendo-se estes 600 contos ao producto bruto de 720 contos, vê-se finalmente que a differença dará ain-

da uma receita liquida de 130 contos, o que decerto não deve considerar-se receita em demasia lisongeira. Valera por tam pouco desassocegar o espirito dos ministros, ameaçar o equilibrio orçamental, obrigar os nossos legisladores a pensarem por alguns momentos nos interesses do Douro?

A vinha renderá mais, sem duvida.

Um hectare de vinha nunca produz menos de 3 pipas e portanto 6.000 hectares produzirão, o minimo, 18.000 pipas de vinho.

A que preço? Mais de 30.000, 40.000 ou 60.000 reis? Se o vinho de algumas adegas especiaes se vende a 50, 60 e 70.000 reis, geralmente vende se de 20 a 30.000 reis. Calculemos pois 40.000 reis por pipa. O rendimento bruto será (18.000×40.000) igual a 720 contos.

Os grangeios e outros encargos agricolas absorverão metade. D'antes seria excessivo este computo; mas hoje, em relação aos vinhedos finos principalmente, não deixa de se aceitar como rasoavel. Teremos conseguintemente (18.000×20.000) que a despeza total será de 360 contos, despeza total que, deduzida de 720 contos, rendimento bruto, abonará uma receita liquida de outros 360 contos, mais 240 contos que o rendimento do tabaco vendido a 200 reis o kilo.

Em face de taes calculos e taes considerações, calculos e considerações resultantes das experiencias feitas e portanto muito conformes com a verdade, ficar-se-ha comprehendendo bem que a cultura do tabaco do Douro dependerá unicamente da sua qualidade superior, sendo evidente e sendo incontestavel que se o tabaco fôr mau não ha de haver quem o consuma nem quem o cultive.

O tabaco do Douro poderá fumar-se? Será preferivel ao tabaco europeu? Rivalisará com os tabacos da Bahia, da Virginia, de Cuba?

Se fòr mau, se não fòr muito bom, se o não recommendarem excellentes qualidades de combustibilidade, perfume e sabor, deixemo-nos então de pedir providencias aos poderes publicos. Em tam precarias condições que proveito subministraria este novo ramo agricola? Seria possivel que um dia as nossas collinas recuperassem a sua gloriosa fama e o seu inexcedivel esplendor? Em vez das scenas de pobreza e dos horrores da fome, voltariam ainda a abundancia e a riqueza aos nossos lares? Não. Os povos do Douro não seriam mais afortunados que os povos da Madeira, os quaes, decorridos alguns annos de inuteis e desconsoladoras experiencias, á saciedade se convenceram de que nada lucravam com a cultura do tabaco.

Na ilha da Madeira, como se sabe, está longe de fazer fortuna o cultivador d'este genero. A folha do tabaco não é procurada, não tem merecido boa fama, não se exporta.

lla só duas fabricas, ambas estabelecidas no Fun-

chal, pertencendo uma ao visconde de Montebello e a outra a João de Salles Caldeira.

Dispondo de sufficientes capitaes, os proprietarios d'ellas são tambem cultivadores e todos os annos procuram adquirir novos terrenos com o proposito naturalmente de monopolisarem toda a industria e ainda toda a cultura da herva santa.

Os outros cultivadores lucram pouco, por isso. Não havendo mais ninguem que lhes compre o tabaco, vendem-no só a estes dous fabricantes, os quaes então estabelecem o preço que mais conta lhes faz, nunca excedendo de 200 a 240 réis por kilo.

Se o tabaco fosse de melhor qualidade, merecia a pena exportal-o; mas não é de qualidade fina, não póde concorrer com o de outras acreditadas procedencias, está forçosamente condemnado a restringir-se ao consumo da ilha da Madeira.

Se no Douro se dessem as mesmas circumstancias, decerto que o resultado seria mau igualmente. Mas succederá assim? Não será o do Douro preferivel aos tabacos produzidos nas nossas ilhas adjacentes? Não valerá o kilo de tabaco do Douro nos nossos mercados e nos mercados estrangeiros 400 reis pelo menos? O Douro, cujos productos agricolas fôram considerados sempre de qualidade magnifica, produzirá excepcionalmente ruim tabaco?

X

Magna questão. — Opiniões, conselhos e alvitres. — Argumentos contrarios. — Impugnadores da livre cultura. — O "Economista". — Preços do tabaco da Belgica. — Comparação do tabaco do Douro com os tabacos estrangeiros.

A livre cultura do tabaco vai tomando o caracter de uma questão de magna importancia, questão que, não se circumscrevendo unicamente ao districto vinhateiro do Douro, alastra por todo o paiz. Preoccupandotodas as attenções, debate-se com sufficiente calor nas reuniões publicas, na imprensa, no parlamento. Mais que uma questão agricola, toma proporções de um problema social.

Não faltam por isso opiniões, conselhos e alvitres. Ha defensores e ha adversarios. Ha optimistas que fazem depender do tabaco a salvação do Douro e ha pessimistas que simultaneamente o consideram a ruina das finanças.

Podem reduzir-se a tres os argumentos contrarios. O primeiro refere-se sem duvida ao desfalque das receitas publicas; o segundo estriba-se na barateza do tabaco estrangeiro; o terceiro vem a ser o das despezas culturaes.

Facilmente os dous ultimos argumentos se destroem.

Não prevalece o das despezas culturaes desde que seja compensador o preço da venda. Sempre que as despezas culturaes se deduzam do valor do producto não podem considerar-se onerosos os resultados da producção. Podem ellas ser insignificantes sem que o producto deixe de ser um elemento de riqueza; podem ser aliás muito avultadas e todavia contribuirem para a fortuna do productor. Pouco importa que sejam maiores ou menores. Como o bom resultado das colheitas deriva do excedente da importancia da venda sobre a totalidade dos gastos, succede naturalmente que os lucros ou prejuizos dependem da quantidade e qualidade, da producção e valor dos productos.

Tambem não prevalece o argumento da barateza logo que se prove que o Douro póde vender o seu tabaco de 300 a 500 réis o kilo. E' certo que alguns tabacos estrangeiros alcançam baixo preço; mas acon-

tece que não passa de ordinaria a sua qualidade: qualidade fina vende-se sempre por bom preço. O tabaco da Bahia e da Havana custa muito caro. Reputando-se o da Hungria a 40 réis o kilo, o francez de 47 a 86 centimos, o belga de 140 a 306 réis, o italiano e o allemão pelo mesmo valor pouco mais ou menos, não se segue que todo o tabaco seja barato. O do Douro vender-se-ha mal se fôr muito ruim; mas rivalisando com os melhores productos similares dos mercados estrangeiros ha de com certeza obter um valor excedente a 400, 600, 800 e 15000 réis, exactamente como acontece aos da Bahia, dos Estados Unidos e das possessões espanholas.

Entre as falanges dos principaes impugnadores da liberdade de cultura distingue-se o *Economista*. Redige-o um dos homens mais competentes em assumptos economicos, um jornalista illustrado e judicioso, um deputado de merecida celebridade, muito no caso por seus talentos especiaes e sua posição politica de se recear como terrivel adversario. Tem-se incumbido de organisar os orçamentos da receita e despeza do estado, gosa de grande influencia no seio das commissões parlamentares e impõe-se nas lides da imprensa como campeão dos mais esforçados. A sua maneira de ver as questões publicas deve por isso despertar toda a consideração, principalmente reconhecendo-se ser essa sua

maneira de ver o resultado das intenções e pensamentos do governo.

Vejamos conseguintemente como se expressa o Economista. A livre cultura do tabaco, segundo se collige da linguagem d'este jornal, desfalca as receitas do estado sem de modo algum minorar a situação agricola do Douro. Desfalca as receitas do estado porque é impossivel fiscalisar bem e porque é impossivel impedir o contrabando; não melhora a situação agricola do Douro porque o preço do tabaco, regulando pelo dos mercados belgas, ha de ser tam insignificante que não poderá compensar as despezas culturaes, pesadas e numerosas como costumam ser em todos os paizes.

São ainda do *Economista* os periodos que se seguem:

«Para desengano dos homens de boa fé na questão da livre cultura do tabaco, vamos dar a nota dos preços d'essa mercadoria no mercado de Antuerpia.

Preço por 500 grammas:

| Ke | entucky | commum a bom, | réis | 70 | a | 88 |
|----------|----------|-------------------|------|-----|---|-----|
| |) | ordinario até bom | | | | |
| | 4 | ordinario |)) | 88 | a | 94 |
| | » . | bom medio |)) | 99 | a | 108 |
| |)) | muito bom a supe- | | | | |
| |)) | rior |)) | 113 | a | 117 |
| |)) | superior |)) | 112 | a | 135 |
| Virginia | a ordin | ario até bom |)) | 47 | a | 82 |
| | | | | | | |

| Virginia | bom medio | réis | 86 a 97 |
|----------|----------------------|------|-----------|
| >> | muito bom a superior | >> | 99 a 108 |
| » | superior |)) | 108 a 111 |
| Mar | yland e Ohio: | | |
| >> | ordinario a bom | | |
| | -medio |)) | 81 a 99 |
| >> | bom a superior |)) | 108 a 126 |
| >> | muito bom |)) | 126 a 153 |

Isto são preços do tabaco preparado e posto nos depositos, sendo também estas as qualidades que principalmente se consomem no paiz.

Como é que a cultura de uma planta que obtem tal preço póde alliviar o Douro dos seus soffrimentos? Valha-nos Deus com as exagerações!»

Pela nossa parte não pensamos d'este modo. Quem exagera e quem está enganado é unicamente o *Economista*. As suas proprias apreciações se encarregam de lhe responder a nosso favor. Custando, como diz o *Economista*, o Kentucky de 70 a 135 réis, o Virginia de 47 a 117 réis, o Maryland de 81 a 153 réis por 500 grammas, succede que esse mesmo tabaco, sujeito a despezas de fretes, seguro, commissões e outras mais com exclusão do imposto, não se poderá vender nos mercados portuguezes por menos de 200 a 400 ou 500 réis o kilo, preço que para o tabaco de procedencia belga, sem duvida inferior ao de procedencia

americana ou espanhola, corresponde a um preço assaz vantajoso.

O que resta portanto averiguar com exactidão é se o Douro produz tabaco peor, igual ou melhor que o de procedencia estrangeira. Só produzindo-o peor, o que não deve presumir-se, é que entre nós seria oneroso este ramo agricola. Sendo igual, vender-se-ha por mais de 300 réis o kilo e por conseguinte prejuizo não póde haver; sendo superior, então claro é que, sem temer a concorrencia de outros quaesquer productos similares, se venderá melhor ainda.

XI

Liberdade de cultura.—Alguns annos de atrazo em materia de liberdade e civilisação.—O direito de propriedade.—
Leis restrictivas.—A Inglaterra considerada mestra em doutrinas liberaes.—Systema fiscal dos paizes estrangeiros. Os melhores rendimentos agricolas.—O Douro primitivo e o Douro actual.

Será possivel a liberdade de cultura com a liberdade de consumo e de fabrico?

Tudo é possivel. Só o que parece impossivel é que no reino de Portugal hoje em dia, assim em tal cyclo de illustração e progresso, no ultimo quartel do seculo XIX, haja ainda impugnadores da liberdade.

Fenomeno inexplicavel é realmente o que ás vezes se passa entre nós. Se se falla de monopolios, levantase logo uma celeuma furiosa; se se falla do regimen absoluto, ninguem deixa de horrorisar-se; se se falla de fanatismo, indigna-se toda a gente. Será porque o respeito e o amor pela liberdade refervem em todos os corações e germinam em todos os cerebros? Talvez. Comtudo não faltam desacatos, não faltam irreverencias, não faltam aggravos de toda a especie contra essa donairosa e heroica matrona que a tantos sacrificios obrigou os defensores do cerco do Porto.

Ainda não possuimos tudo em materia de civilisação. Andamos atrazados alguns annos. Esta velha rotina da nossa publica administração, este nosso acanhado systema de governar, estas falsas regras da nossa sciencia economica e financeira hão de, mais tarde ou mais cedo, remodelar-se, refundir-se, aperfeiçoar-se. Experimentarão nova atmosfera as nossas ideias geraes. Virá tempo em que as doutrinas liberaes principalmente hão de merecer sincero acatamento aos nossos legisladores e aos nossos estadistas.

Entre outras coisas mais, o direito de propriedade, apesar das disposições da constituição vigente, por emquanto não está perfeitamente garantido: é um direito duvideso. Ensina-se nas aulas e proclamam os livros que esse direito, herança da velha legislação romana, é o uso e abuso da propriedade, sem prejuizo da propriedade alheia, bem entendido; mas succede assim? Não, que se prohibe ao proprietario semear, plantar, colher tudo o que lhe faça conta e dê proveito.

No Douro ha necessidade de se cultivar o tabaco e o governo, fiscal das leis, não o deixa cultivar.

As leis prohibem e devem prohibir muita coisa, por exemplo o que é nocivo, o que é immoral, o que é mau, o que não convem á ordem publica. Prohibem e devem prohibir os abusos, os escandalos, os crimes, os males sociaes. Logo se se prohibe a nicociana é porque esta planta herbacea será prejudicial á saude, será um veneno? Sem duvida, como nos obrigam a presuppor a logica e o bom senso. Entretanto a razão é outra. Prohibe-se em Portugal para imitarmos a Inglaterra, a nossa mestra em lições de liberdade. Na Inglaterra, da prohibição da cultura do tabaco promana uma fonte de receita — observaram os nossos ministros. Porque não ha de succeder a mesma coisa em Portugal? Prohiba-se tambem esta cultura. E prohibiu-se. Mas, argumentemos nós agora, em que motivos se fundou a Inglaterra para a prohibir? Porque reconheceu que a nicociana de nada aproveitaria aos interesses da sua lavoura. A constituição geologica e as condições climatericas da Inglaterra são adversas á cultura da herva santa como são adversas á cultura da videira. O agricultor inglez pouco se incommoda portanto com tal prohibição; mas convencesse-se elle de que qualquer genero agricola prohibido pelas leis era um elemento de riqueza, depressa as suas reclamações se imporiam ao governo e ao parlamento. Razões de se prejudicarem as rendas publicas não prevaleceriam. O que se desejava da parte do parlamento e do governo era melhorar a sorte dos agricultores. Todos em boa paz se compenetravam de que se diminuiam as receitas do thesouro, augmentavam em compensação a fortuna publica, a riqueza nacional, o patrimonio do povo. Não se mostra muito mais grave a questão irlandeza? O governo inglez, todavia, empenha-se em resolvel-a favoravelmente. Ao avesso de resistir, cede, submette-se, não por fraqueza, mas por estár persuadido de que cumpre com o seu dever.

Por conseguinte escusamos de invocar o systema fiscal e a sciencia administrativa das nações estrangeiras. Só em igualdade de circumstancias nos podemos comparar. Ha em alguma parte do mundo uma crise como a do Douro? Não, certamente. Logo será graciosa qualquer comparação.

São especiaes as condições geologicas e climatericas do Douro. Aqui o terreno, geralmente schistoso e sêcco, não produz tudo com vantagem. Parece destinado quasi exclusivamente á produção da uva.

A oliveira cresce, conserva-se, fructifica, é verdade; mas, anneira e precaria sempre, recusa-se a uma producção regular. Em Traz-os-Montes, no Alemtejo, nas duas Beiras e na Estremadura prospera admiravelmente. No Douro, ao contrario, quem não contar com outros meios morre á fome.

Dirão que se a oliveira é arvore pouco lucrativa

não faltam especies vegetaes de mais rendimento, como a amendoeira, a figueira, as hortas, os pomares, os cereaes. De que viviam os habitantes do Douro antes do grangeio das vinhas? Seria então o Douro uma simples charneca?

Responde-se que tudo está mudado. Antigamente a população era rarissima. Quasi que havia só pastores e pescadores, gente de costumes frugaes e de existencia humilissima. Um fraco rendimento bastava para sustentação de uma familia. Os comestiveis alcançavam-se a troco de facil dispendio; os servos e operarios contentavam-se com um salario diminuto; os alugueres das casas estavam longe de attingir proporções assustadoras; a garra do fisco espoliava com muito menos crueldade as algibeiras dos contribuintes; o luxo não existia. Uma porção de batatas, meia duzia de couves, algumas cestas de legumes, alguns alqueires de cereaes, algumas abádas de fructa, alguns cantaros de azeite constituiam a fortuna dos melhores cazaes.

Tal era o Douro primitivo; mas depois nasceram outras aspirações e experimentaram-se outras necessidades. Augmentou a população, as exigencias domesticas mudaram, o meio social variou, succederam novos costumes, adquiriu-se vida nova. O Douro, perdendo pouco a pouco os seus habitos de modesto patriarcha e de economico aldeão, está hoje passando pelos transes de um fidalgo arruinado.

XII

As principaes fontes da riqueza nacional.—O governo.—A fiscalisação.—Duvidas e receios.—Guardas fiscaes.—Ponto de fé.—Elogio dos ministros.

Esta visto que não se torna imcompativel a liberdade de cultura com a liberdade de consumo e fabrico. As rendas fiscaes podem soffrer consideravelmente; mas, dado o caso que assim seja, em compensação lucram algumas das principaes fontes da riqueza nacional, a agricultura, a industria, o commercio.

Que o governo deve olhar com todo o melindre para esta questão, ninguem contesta. Longe de a resolver de afogadilho, cumpre-lhe informar-se, colher todos os esclarecimentos favoraveis ou contrarios, compenetrar-se de que presta um valioso serviço ao Douro. Mas que

afinal resolva alguma coisa! Sim ou não. Gastar-se o tempo á espera de eternas experiencias, não é procedimento serio. Está convencido o governo da impossibilidade de se resolver a crise vinicola? Está convencido o governo de que a livre cultura do tabaco promove a ruina do thesouro? Em tal caso diga-se com franqueza: «Senhores lavradores, a cultura do tabaco é um logro, uma utopia, um sonho. Não lhes serve de nada e póde causar-nos a ruina das finanças. Deixem-se de taes pretensões.»

Parece-nos, todavia, que o governo de boamente se conformará com os pedidos que lhe fazem- As suas informações, os seus esclarecimentos, os seus estudos hão de perfeitamente comprovar duas coisas: boa qualidade e preço vantajoso com referencia á cultura do tabaco.

Se os lavradores do Douro fossem exigentes, razões haveria para lhes não satisfazerem tudo. Mas o que é que elles pretendem? Simplesmente usar de um direito: o de poderem tirar o maximo proveito dos seus terrenos.

E' certo que as razões de fiscalisação hão de, apesar de toda a boa vontade, custar a desvanecer. A fiscalisação será o Rubicon, o nó gordio, o grande cavallo de batalha. Como se ha de evitar o contrabando? Poder-se-ha fiscalisar tam rigorosamente que o imposto sobre o tabaco não baixe dos actuaes tres mil e tantos contos? Não

faltarão duvidas nem receios, duvidas e receios que felizmente se desvanecerão com o andar dos tempos porque fiscalisação houve-a sempre. Já desde longe se fiscalisam o litoral, a raia sêcca, as fabricas. Temos um formidavel exercito de guardas fiscaes. Esse exercito não trabalha, fecha os olhos, cruza os braços, é um exercito de invalidos? O argumento da fiscalisação tem alguma coisa de ridiculo por mais de um motivo, principalmente porque serve só para agora. Não se fiscalisa o real de agua e não se fiscaliza tudo o mais? Serão enormes as despezas e insuperaveis as difficuldades em fiscalisar uns tantos hectares de terreno? Estará á ultima hora o nosso systema fiscal subordinado a regras fixas e a preceitos inviolaveis?

Para nós é ponto de fé que será decretada a livre cultura do tabaco. Se desde já se não escutarem os nossos clamores, tempo virá, querendo Deus, em que se hão de escutar.

Proposito de contrariar os interesses dos lavradores do Douro não póde haver da parte dos ministros. Sendo todos elles espiritos illustrados e caracteres honestos, saberão proceder sempre com sentimentos de patriotismo e jamais se esquecerão de dirigir os pensamentos e as acções para a felicidade publica. Certamente conhecem quaes são os seus deveres e quaes devem ser os seus cuidados. Não é licito fantasiar que sejam uns caturras de comedia, uns políticos anachronicos, uns

estadistas encolhidos e meticulosos, uma nova especie de morcegos apostados a aborrecer a luz da civilisação e a odiar os progressos da sciencia. São-lhesa liás familiares as lições dos Tocquevilles, dos Spensers, dos Stuarts Mill, não ignorando que a segurança das pessoas e das propriedades, a liberdade e o bem estar de todos, justiça igual para todos, se consideram as primeiras necessidades sociaes e os primeiros cuidados dos governos.

XIII

Condições geologicas e influencias climatericas.—O tabaco produz-se em todos os terrenos.—Maneira de se alimentarem as plantas.—Quaes as terras mais adequadas á vegetação.—Exigencias da cultura do tabaco.—Composição dos nossos terrenos.—As dunas.—O cultivador estrangeiro e o cultivador do Douro.—O rendimento do tabaco e o da vinha.

Não havendo nada que não conspire contra a ideia da livre cultura do tabaco, até ainda se allega a impropriedade das condições geologicas e influencias climatericas do Douro.

O tabaco, precisando de terras fundaveis e gordas, precisando de humidade e de regas, precisando de estrumes e de cuidadosos amanhos, não é no Douro que se produz—dizem.

Nós, porém, responderemos:

«Pois venham ver e depressa se convencerão de que nasce, cresce e vinga menos mal por toda a parte.»

Dá-se nos sitios humidos e nos séccos, nos mais frios e nos mais quentes, nos mais gordos e nos mais delgados, nos mais soltos e nos mais compactos, nos mais e nos menos fundos. Vegeta nas margens dos rios e nas cumieiras das montanhas, nos flancos dos outeiros e no meio dos valles. Cresce sem grande revez no proprio Marão.

Longe de ser uma planta exotica, cheia de mimo, exigindo estufa, todo o terreno lhe serve. Dispensa terrenos exclusivos. Não é planta mais delicada que outras quaesquer especies vegetaes. As argillas não deixam de convir; as camadas silicosas não lhe repugnam; as massas calcareas não lhe são adversas; os schistos e os granitos não lhe causam damno.

Como sabem os que não ignoram as leis geraes da fysiologia vegetal, as plantas não vivem exclusivamente dos saes e oleos da terra. Tambem precisam de ar e agua, de luz e calor. Ao ar atmosferico devem os gazes e succos saponaceos que ellas absorvem pelos poros da casca e pelas tracheas das folhas; a luz e o calor não menos poderosamente contribuem para as diversas funcções da sua regular existencia; a agua finalmente, alem de dissolver o carbone, encarrega-se de lhes ministrar o oxygenio e o hydrogenio, elementos principaes da seiva. Ha plantas que absorvem

maior numero de principios nutritivos pelas folhas que pelas raizes, por exemplo a videira. Outras até prescindem absolutamente da terra, bastando-lhes a agua, a luz, o calor e o ar atmosferico.

Quaes são as terras mais adequadas à vegetação? A argilla, o silex, a magnesia, as massas calcareas, os granitos? Consideram-se mais apropriadas à vegetação as que resultam de uma proporcional mistura de silica, alumina e cal; mas, ainda assim, convem que a esta mistura de diversas terras se juntem, com o oxygenio, o hydrogenio e o carbone provenientes dos estrumes animaes ou vegetaes ou mineraes, novas substancias alimentosas. Mais ainda. Tambem ás vezes se reconhece a necessidade do emprego das crés e dos marnes como agentes destinados a imprimir a humidade e o calor, a desaggregar as moleculas, a tornar mais permeaveis as terras.

O tabaco, planta esgotante como é, necessita de oleos e saes de bastante riqueza, não dispensa a humidade, demanda amanhos cuidadosos; mas as hortas, as outras plantas herbaceas, os cereaes, o meloal, as proprias videiras em que abençoada região vegetam com proveito espontaneamente?

Os terrenos do Douro compoem-se de schistos misturados com mais ou menos porção de argilla e calcareo. São magros, são sêccos, são ardentes? Da mesma natureza ha em França regiões que produzem o tabaco, taes como Côte-Rotie, Malgue, Anjou e uma parte dos Pyreneus-Orientaes. Em outros paizes onde se cultiva o tabaco, tambem não faltam identicas zonas.

Produzem tabaco todos os terrenos schistosos que são delgados, soltos, cascalhudos, faceis de se revolver pela enxada, podendo os orvalhos e as chuvas penetrar sem difficuldade e podendo ramificar-se livremente as raizes. Os mais fracos e os mais pobres são os arenosos; sem embargo nas dunas de Cuba, do Missouri, do Lot-et-Garonne e em muitas outras mais prospera admiravelmente a nicociana. Será porque as areias convem, mais que a argilla ou a cal, o quartzo ou os schistos, a esta cultura? Não convem, decerto. A explicação consiste em que as areias comprehendem as camadas superficiaes sómente; as camadas inferiores abundam em humus, em saes, em oleos, em succos nutritivos muito favoraveis á vegetação.

Nos terrenos magros e sêccos do Douro a producção tem de ser menor forçosamente; mas a qualidade, como succede com o vinho, será das mais finas e mais apreciaveis. Dos mais velhos preceitos agronomicos é andar sempre a qualidade em desavença com a quantidade. Pela nossa parte não admitte duvida que prefeririamos que menos generosa fosse a qualidade com tanto que, em compensação, a quantidade supprisse mais. Se na Belgica, na França, na Allemanha, na Hungria, na Italia, no Brazil, nos Estados-Unidos se queixa o agricultor que

colhe menos de 2:000 a 3:000 kilos por hectare, como ha de ficar de todo satisfeito o cultivador do Douro com uma producção de 600 kilos apenas, embora seja das melhores a qualidade?

«Ha de resultar por isso, acudirão os impugnadores d'este ramo agricola, que o tabaco não poderá ser entre nós uma grande fonte de riqueza.»

Decerto ninguem espera enriquecer com os proventos da nova cultura. Todos sabemos que não ha rendimento que substitua o da vinha. Com applauso de todo o mundo fructifica a videira no meio do pedregulho e das rochas de todos os nossos outeiros. Bachus amat colles. Mas, louvado Deus, sempre ha de o rendimento do tabaco servir de algum recurso. Se o fylloxera destruir completamente a vinha, que outro qualquer genero de cultura mais ou menos lucrativo se poderá aproveitar?

XIV

Vantagens da Companhia dos tabacos do Douro».—Os monopolios.—A régie, a fiscalisação, o contrabando, as finanças.—Duvidas, apprehensões, receios.—O snr. visconde de Arriaga e as cepas americanas.—O fylloxera julgado flagello implacavel (¹).—O snr. visconde de Villar Allen considerado o maior campeão da viticultura portugueza.—Como devem proceder o parlamento e o governo.—Memoria sobre o estado da agricultura e commercio do Alto Douro.

Vimos, olhando a questão por differentes faces, que, destinado o fylloxera a destruir completamente as vinhas, deve decretar-se a livre cultura do tabaco; vimos que a livre cultura do tabaco não se torna incompati-

⁽¹) Talvez não seja ocioso observar-se que se usamos da palavra fylloxera no genero masculino é porque assim lhe compete em consequencia da sua derivação grega. Não a empregam tambem de outro modo os entomologistas francezes, escrevendo le phylloxera e não la phylloxera. Em Portugal é que, no louvavel proposito de a naturalizarem, alguns escriptores mais ciosos da linguagem vernacula lhe transmudam o genero. Até

vel com a liberdade de consumo e fabrico; vimos que não obriga a oneroso dispendio nem a insuperaveis difficuldades o serviço da fiscalisação; vimos que não prevalece o argumento da impropriedade da constituição geologica e das influencias climatericas; vimos que as rendas fiscaes poderão ser integralmente garantidas pelos recursos de uma empreza agricola e industriai designada pelo nome de Companhia dos tabacos do Douro.

Talvez a muita gente mais ou menos rosnadora pareça especulativa e egoista a ideia de se organisar uma empreza do theor da *Companhia dos tabacos do Douro*; mas, embora se pense assim, pela nossa parte nos persuadimos de que será antes uma empreza de seguras vantagens e bons resultados para os accionistas, para a lavoura, para a industria em geral. Que prejuizos immediatos ou remotos poderia causar ella? Nenhuns. O seu caracter do monopolio poderá suscitar clamores,

já uma vez o snr. Marianno de Carvalho se queixou no parlamento de que se attentava contra as regras grammaticaes e contra a pureza classica não se dizendo a fylloxera. A terminação sôa, sem duvida, como feminina; mas quantas palavras analogas, principalmente de derivação grega, não conservam na lingua portugueza o mesmo genero masculino! Que nos conste, ninguem costuma empregar no genero feminino as palavras farmacopola, homeopatha, allopatha, kilogramma, carola, mariola e outras que taes.

alvoroçar a opinião publica, provocar manifestações revolucionarias? Não. No nosso paiz não faltam monopolios. Entre varios outros, o *Banco de Portugal*, o qual se sustenta e prospéra sem grandes nem pequenas indignações, sem grande nem pequeno escandalo.

Sem duvida a organisação de uma empreza sob taes bases e com taes fins seria a melhor fórma de se resolver o problema. O governo não se inclina a favor da régie nem a favor da liberdade de cultura por lhe causar embaraços o serviço da fiscalisação e presuppor que o contrabando arruina as finanças; mas se lhe garantissem o pagamento liquido e integral do actual imposto sobre o tabaco, imagina alguem que elle ainda assim, ácerca da livre cultura do tabaco, teria duvidas, teria apprehensões, teria receios?

Pelo menos este alvitre não se poderá considerar peor que o apresentado na camara alta pelo snr. visconde de Arriaga. Alvitrava s. exc.ª que se estabelecesse um banco rural destinado a emprestar aos lavradores o dinheiro de que precisassem para a replantação das vinhas. Nada mais rasoavel se se podessem esperar favoraveis resultados da replantação. Mas admittase que a cepa torna a morrer em curto prazo. Será necessario adiantar meios para novas replantações, succedendo conseguintemente que o governo terá de fazer, em vez de um só, successivos emprestimos aos lavradores.

E succedendo assim, não seria melhor conceder-se desde já a livre cultura do tabaco? Seria bem melhor. O tabaco, embora não seja muito rendoso, produz algum rendimento, ao passo que a insistencia em grangear as vinhas, dado o caso muitissimo provavel de não se resistir ao fylloxera, será sempre gravoso expediente.

Quem asseverou ao digno par que a vide americana resiste, vinga, refloresce com o fylloxera? «Ha alguns annos, ingenuamente declarou sua ex.a, o snr. barão de Mendonça trouxe-me da França a consoladora noticia de que nos vinhedos de Bordeus se aproveitavam com todo o exito as videiras americanas...» Não se contesta que em muitas partes as videiras dos Estados-Unidos alcancaram a principio grande fama. Isso, porém, illudiu por pouco tempo os viticultores. Foi uma industria particular como outra qualquer, uma simples especulação. Se felizmente o snr. barão de Mendonça não morresse, é provavel que o digno par chegasse a saber já que as taes vides americanas plantadas em Bordeus vai em seis annos não resistiram à maxilla do fylloxera. Experimentaram a sorte das suas pobres irmans europeias. Estão hoje totalmente perdidas. Morreram tambem.

Replantar as vinhas é, sabe-se bem, mau expediente, má resolução, trabalho baldado. Corresponde pouco mais ou menos a deitar o dinheiro á rua. O fylloxera não deixa de ser um flagello implacavel. Como diria Vieira, «quanto mais come e consome, tanto menos se

farta.» Um só converte-se depressa em milhões. «São, renovando a linguagem de fr. Luiz de Sousa, tantos os que cada dia apparecem de novo que não lança mais formigas do centro da terra um sêcco outono.»

E' certo que a commissão central anti-fylloxerica do norte aconselha a replantação. Mas com que fundamento ella mesma aconselha, preconisa, defende heroicamente a cultura do tabaco? A razão principal não é a de obterem os lavradores meios sufficientes de restaurar as suas vinhas. E' porque as descobertas insecticidas e os processos chimicos até hojé empregados de nada servem por inefficazes e por inuteis.

Cremos que não ha nem houve nunca maior apologista e maior campeão da viticultura portugueza que o snr. visconde de Villar de Allen, um dos principaes lavradores e um dos principaes negociantes de vinhos. Versado perfeitamente nos processos e segredos agricolas, sabendo tudo o que ácerca das sciencias agronomicas está divulgado desde Plinio e Columella até Rosier, até Guyot, até o nosso venerando visconde de Villa Maior, possuindo, além de tudo isso, o coração magnanimo e a alma heroica do sempre saudoso e sempre memoravel barão de Forrester, o primeiro apostolo do Douro, nunca deixou de empregar a sua intelligencia, a sua coragem, a sua actividade e a sua fortuna em manter a gloria dos nossos vinhos nas exposições e nos mercados estrangeiros. Ninguem com mais desinteresse e maior compe-

tencia tem sabido acreditar e defender em todo o mundo o nome do districto vinhateiro do Douro, este brazão glorioso, esta principal gloria da lavoura e do commercio dos portuguezes. Se fosse ministro, ficar-lhe-hiam devendo o commercio e a agricultura ainda maior numero de valiosos serviços que os prestados pelo proprio marquez de Pombal, o estadista que mais contribuiu para os creditos e prosperidades dos nossos vinhedos.

Tratemos portanto de averiguar a opinião de s. exc.^a E' uma opinião honesta, insuspeita, fidedigna. Não se deve regeitar, porque isso significaria uma revoltante injustiça.

A principio era sua exc.ª adversario da cultura do tabaco. Pensava que só se deviam plantar videiras. Mas afinal o snr. visconde de Villar de Allen reconheceu tambem que esperar novas epochas de safra vinicola seria pouco mais ou menos esperar pelas cebolas do Egypto.

Decididamente os que se resignarem a viver apenas do rendimento das vinhas terão um futuro atribulado. Convem recorrer a outro modo de vida. Convem tirar de nova cultura novos recursos. Se os terrenos fossem outros, essa nova cultura poderia ser qualquer, sem duvida. Os cereaes, as hortas, os pomares, o olival, o opio serviriam perfeitamente. Mas a região do Douro, especial como é, não produz tudo com vantagem.

Eis o que pretendiamos dizer. Sem difficuldade poderiamos alongar-nos por muito mais tempo em argumentos, em exemplos, em citações, em alvitres; mas basta. Julgamos superfluas quaesquer outras considerações. Embora grave e complicada, visto apresentar o caracter de um problema social, esta questão póde resumir-se muito bem em pouquissimas palavras, taes como:

«A livre cultura do tabaco prejudica sensivelmente os redditos do thesouro, altera o nosso systema financeiro, cerceia os interesses publicos?

«Não.

«Póde aliás considerar-se uma fonte de receita, um elemento de riqueza, um progresso agricola?

«Póde.

«O governo e o parlamento, convencidos de que os interesses do Douro não repugnam aos interesses publicos, devem permittil-a sem receio e sem demora?

«Devem.»

Governo e parlamento, se ainda o não sabem, fiquem sabendo que não se trata só de uma cultura nova: trata-se principalmente da subsistencia de milhares de lavradores! O Douro está em decadencia, vai atravessando uma tremenda crise, vê que lhe bate ás portas a miseria: logo, precisa de providencias immediatas. Não se lhe acudindo com brevidade, voltará fatalmente áquelles sombrios e miserandos tempos a

que na sua Memoria sobre o estado da agricultura e commercio do Alto-Douro se refere Francisco Pereira Rebello: «Nos tempos antecedentes ao anno de 1757, recorda elle, poucos lagares se conheciam que excedessem de 3 a 4 pipas, sendo os toneis regularmente da mesma grandeza... E d'este modo era este territorio um dos mais pobres do reino, o que se prova da pobreza com que antigamente se edificava em todo elle, não se vendo hoje (1782) nem ainda vestigios de um só edificio antigo, magnifico e sumptuoso, porque, supposto se encontrem agora n'elle a cada passo excellentes casas com magnificencia e muito bons templos, tudo isto é de fabrica moderna e tem sido edificado ha poucos annos, achando-se difficultosissimamente um d'estes edificios que possa contar 100 annos.»

XV

Os nossos argumentos. — De que lado está a rasão. — O direito de propriedade segundo a carta constitucional da monarchia portugueza. — O que pretendem os lavradores do Douro.

Talvez que os nossos argumentos não logrem convencer ninguem; mas é certo que a razão está do nosso lado, não do lado dos que se julgam auctorisados a restringir o direito de propriedade, direito absolutamente garantido pelo art. 145.º \$ 21.º da carta constitucional da monarchia portugueza.

E' garantido, estabelece esse artigo, o direito de propriedade em toda a sua plenitude.

Mais ainda. 0 § 23.º do mesmo art. 145.º prescreve tambem:

Nenhum genero de trabalho, cultura, industria ou

commercio póde ser prohibido, uma vez que não se opponha aos costumes publicos, á segurança e saude dos cidadãos.

Que mais será preciso para justificação e defeza das pretensões dos lavradores do Douro?

Comprovado fica á saciedade que taes pretensões nada tem de arbitrarias, nada tem de insensatas, nada tem de illegaes. Não ha intenção de causar desfalques financeiros, não ha proposito de provocar difficuldades politicas. Trata-se unicamente de restabelecer a producção agricola, de criar novos elementos de riqueza nacional, de tirar a cultura da terra o unico proveito possivel.

XVI

Accusações jornalisticas.—El-rei, o parlamento e o governo.

—Patriotico procedimento da commissão central antifylloxerica do norte. — Novas experiencias. — Palavras de fr. Luiz de Sousa.

Com mais ou menos acrimonia tem alguns jornaes politicos attribuido a el-rei a culpa de ainda se não libertar a cultura do tabaco. El-rei será culpado? Não é licito denegar-lhe sentimentos de bondade e justiça. Tomara elle que toda a gente fosse rica e feliz!

Para que el-rei fosse culpado era preciso que influisse nos trabalhos parlamentares. Influe? Todos sabemos á saciedade que os monarchas não exercem o cargo de deputados nem de pares.

Tambem, sem embargo da doutrina do art. 72 da carta constitucional (a pessoa do rei, inviolavel e sagrada, não está sujeita a responsabilidade alguma) se lhe poderia attribuir alguma culpa se elle se recu-

sasse a sanccionar o decreto da livre cultura do tabaco; mas não consta que as côrtes a votassem ainda.

Discussões não faltaram já. Assim na camara alta como na camara electiva foi por varias vezes instado o governo a acudir á crise vinicola do Douro. O governo prometteu acudir, mas sem precipitação. Precisa primeiramente, segundo as suas declarações, conhecer se é boa a qualidade do tabaco, se os resultados de tal cultura remedeiam os effeitos da crise vinicola, se o tabaco produzido nos terrenos do Douro poderá a preço vantajoso ter procura nos mercados nacionaes e nos mercados estrangeiros.

Assevera-se geralmente que o tabaco do Douro é fino, é magnifico, é dos melhores do mundo; entretanto o governo conserva a tal respeito algumas duvidas desde que os charutos experimentados no ministerio das obras publicas foram desmentir os mais fracos louvores que todo o nosso patriotismo se dignasse dispensarlhes.

Já de uma vez os dignos membros da commissão anti-fylloxerica do norte, enfadados com a falta de providencias legislativas, intentaram pedir a sua exoneração; mas afinal, conferencionado com o illustre ministro das obras publicas, mudaram de proposito. Convenceram-se tam plenamente com as razões simples e claras que em Lisboa lhes adduziram, que em seguida recolheram ao Porto sem desanimo, sem resentimento, sem des-

confianças, aliás decedidos com maior enthusiasmo a continuarem a prestar, na sua mesma qualidade de membros da commissão central anti-fylloxerica do norte, os seus illustrados e valiosissimos serviços.

O governo só exigiu d'elles que apresentassem bom tabaco. Sendo mau, que proveito se tirava? Não se poderia exportar, não se poderia vender nos mercados nacionaes, ninguem o compraria. Em taes condições seria um genero sem valor, não um importante ramo agricola, não um elemento de riqueza publica.

Espere-se com paciencia, portanto. Havendo-se procedido a novas experiencias, dentro de breves semanas saber-se-ha perfeitamente se o tabaco do Douro é bom ou mau. Sendo bom, com certeza serão attendidas as pretensões dos povos do Douro. Então «muito de bronze, como diria fr. Luiz de Sousa, fôra o peito que se não quebrantara com tanto mál junto!»

INDICE

| Duas palavras | |
|--|-----|
| I.—Bellezas naturaes, clima e historia antiga e moderna do Douro.—A cultura das vinhas.—População de algumas freguezias.—O oidium e o fylloxera.— Apreciação das qualidades e virtudes do vinho | 7 |
| II.—Origens do vinho.—Opiniões de varios auctores.— Preparações, virtudes e antiguidade do vinho.—Os vinhos modernos.—O celebre «rosenwein» | 18 |
| III.—A vitis vinifera.—Sua longevidade e sua grandeza. —Versos de Lamartine.—As portas da cathedral de Ravenna.— As vinhas da Italia, da Carolina e da America Septentrional | 23 |
| IV.—Vinhas destruidas.—Replantação da videira.— O sulfureto de carbone e as cepas americanas.—Será possivel a restauração da vinha?—A cultura do tabaco | 26 |
| V.—Os tempos antigos e os tempos actuaes.—Relatorios da commissão central anti-fylloxerica do norte.— Cumulo de desgraça.—Abundancia e deficiencia da producção vinicola.—A exportação.—Os negociantes inglezes.—Concorrencia de outros vinhos | 28 |
| VI.—Cultura do tabaco.—O fylloxera.—Replantação da vinha.— Culturas mais lucrativas.— Qualidade do tabaco.— Opiniões favoraveis.— Imposto.—A com- missão central anti-fylloxerica do norte.—A «régle». —Apprehensões do governo.— Receitas publicas.— Alvitre | 32 |
| VII.—As suas vantagens.—Avultado capital.—Fins a que se destina.—O monopolio.— Queixas.— Quem perde e quem lucra.—Difficuldades.—Um milhão de libras.—O fisco.—A producção do Douro comparada com a dos outros paizes. | -37 |
| VIII.—Empreza das de mais importancia.—Cultura do tabaço.—Uma das ultimas sessões parlamentares.— Declaração do presidente de ministros.—A vinha considerada brazão glorioso.—O Douro convertido em charneca.—Perguntas e respostas | 43 |
| IX -Objection - Oninina de alguns dignes neves de rei- | |

| no.— Producção por hectare.— Despezas e rendimento liquido.—Rendimento vinicola.—Poderá fumar-se o tabaco do Douro?— Confronto dos povos do Douro com os da Madeira | 47 |
|--|----|
| X.—Magna questão.—Opiniões, conselhos e alvitres.— Argumentos contrarios. — Impugnadores da livre cultura.— O «Economista». — Preços do tabaco da Belgica.—Comparação do tabaco do Douro com os tabacos estrangeiros. | 54 |
| XI.—Liberdade de cultura.—Alguns annos de atrazo em materia de liberdade e civilisação.— O direito de propriedade.—Leis restrictivas.—A Inglaterra considerada mestra em doutrinas liberaes.—Systema fiscal dos paizes estrangeiros. Os melhores rendimentos agricolas.—O Douro primitivo e o Douro hodierno | 60 |
| XII.—As principaes fontes da riqueza nacional.—O governo.—A fiscalisação.—Duvidas e receios.—Guardas fiscaes.—Ponto de fé.—Elogio dos ministros | 65 |
| XIII.—Condições geologicas e influencias climatericas. —O tabaco produz-se em todos os terrenos.— Maneira de se alimentarem as plantas.—Quaes as terras mais adequadas á vegetação.— Exigencias da cultura do tabaco.—Composição dos nossos terrenos. —As dunas.—O cultivador estrangeiro e o cultivador do Douro.—O rendimento do tabaco e o da vinha | 69 |
| XIV.—Vantagens da «Companhia dos tabacos do Dou- ro».—Os monopolios.—A régie, a fiscalisação, o con- trabando, as finanças.—Duvidas, apprehensões, re- ceios.—O snr. visconde de Arriaga e as cepas ame- ricanas.—O fylloxera julgado flagello implacavel.— O snr. visconde de Villar de Allen considerado o maior campeão da viticultura portugueza.—Como devem proceder o parlamento e o governo.—Memoria so- bre o estado da agricultura e commercio do Alto Douro. | 74 |
| VX.—Os nossos argumentos.—De que lado está a rasão. —O direito de propriedade segundo a carta constitucional.—O que pretendem os lavradores do Douro. | 82 |
| XVI.—Accusações jornalisticas.—El-rei, o parlamento e o governo.—Patriotico procedimeeto da commis- são central anti-fylloxerica do norte.—Novas expe- riencias.—Palavras de fr. Luiz de Sousa | 84 |
| | |

0000

L

ndi







OBRAS DO MESMO AUCTOR

| A rainha das aguas (1882) romance, 1 | | |
|---|-----|----------|
| vol. 8.° | 500 | réis |
| Viagens, impressões de Espanha, França, | | |
| Belgica e Inglaterra (1881) 1 vol. 8.°. | 800 |)) |
| O christão novo (1876) romance historico, | | |
| 1 vol. 8.° | 500 | .)) |
| O filloxera (1874) opusculo | 200 | » |

No PRELO

A provinciana, romance, 1 vol. 8.º

EM VIA DE PUBLICAÇÃO

Eccos da montanha, poesias, 1 vol.

Do Porto a Vigo, impressões de viagem, 1 vol.